



Anais da Assembléia

Nº 124

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 14 DE OUTUBRO DE 1981

ANO VII

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 115ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 1981

QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Antônio Facci e Gabriel Manoel.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wandler e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER a consignação de voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora NEUSA MARIA AVANCINI.

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora NEUSA MARIA AVANCINI.

O lamentável acontecimento veio enlutar a sociedade curitibana, deixando uma lacuna dentro da comunidade.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada.

Sala das Sessões, em 14 de outubro de 1981.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor WANDERLEY ANTUNES DE MORAES ocorrido dia 12 do corrente, na Cidade de Londrina-Pr.

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das atribuições que lhe confere o Regimento Interno desta colenda Casa de Leis, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido em Ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido no dia 12 do corrente, na Cidade de Londrina, do ex-Prefeito Municipal de Centenário do Sul, Sr. WANDERLEY ANTUNES DE MORAES.

O extinto, pessoa bem relacionada na região, exercia atualmente as funções de Gerente da Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Centenário do Sul, tendo deixado viúva a Senhora Maria Diva Podestá de Moraes e os seguintes filhos: MARIA CRISTINA M. COSTA, casada com o Sr. CARLOS

ROBERTO COSTA;

MAGDA MORAES GOUVEA, casada com o Sr. JOEL GOUVEA.

MÁRCIA MORAES GOUVEA, casada com o Sr. DJALMA GOUVEA.

MARCUS VINICIUS PODESTÁ DE MORAES, solteiro.

PAULA ROBERTA PODESTÁ DE MORAES, solteira.

Da decisão do Plenário, solicita seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 14 de outubro de 1981.

(a) FUAD NACLI.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER encaminhamento de cópia do pronunciamento ao Ministro da Educação e Cultura.

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhada uma cópia do pronunciamento sobre a necessidade de mais programas infantis para serem veiculadas nas emissoras de televisão, proferido pelo subscritor na sessão de hoje, ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação e Cultura.

Sala das Sessões, em 14 de outubro de 1981.

(a) EZEQUIAS LOSSO

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje, pela manhã, esta Casa teve oportunidade de prestar uma significativa homenagem a um cidadão que levou bem alto o nome do Parlamento paranaense, durante sua vida.

Por essa razão, venho à tribuna, para prestar também minha homenagem e meu testemunho.

Quero prestar um testemunho e uma reverência ao cidadão e político Domício Scaramella, exemplo de honradez e coerência a comunicar-se a todos que tiveram a oportunidade de com ele conviver, seja no seu campo profissional como na cidadania e na política.

União da Vitória foi um dos pólos políticos do Paraná,

compartilhando com Curitiba, Ponta Grossa, Paranaguá e a histórica Castro o polígono econômico, social e político de nosso Estado até o início da década de 1950, quando o peso do café do nosso Norte superou a economia ervateira e da madeira.

Em 1946, a Câmara de Vereadores de União da Vitória contava com três Vereadores que viriam a ter grande projeção em nosso Estado: Antônio Baby, Anibal Kury e Domício Scaramella, iniciando este então a sua trajetória trabalhista, confirmando seu ajustamento à linha da revolução de 1930 e sua dedicação ao chefe do grande movimento político que então se iniciava no País: Getúlio Dornelles Vargas.

Tomado de grande entusiasmo, naquele tempo, Domício Scaramella organizava uma caravana para visitar Getúlio Vargas, rio auto-exílio, e levar-lhe sua solidariedade e admiração. Tornaram-se amigos e cresceu a substância política, a crença na Doutrina Social do Trabalho, que lhe iria nortear toda a vida política.

Por sua formação pessoal, sua integração em valores culturais do trabalho e pela absorção dos valores espirituais da comunidade produtiva, Domício Scaramella realizaria uma trajetória política capaz de reunir os que comungavam seus ideais, vencer as resistências das elites a suas origens humildes, e dobrar o agulhão dos adversários que não aceitavam o crescimento de seu prestígio político.

Vereador, Prefeito e Deputado, jamais se afastou dos seus ideais, mesmo quando a força tentava fazer desaparecer qualquer idéia, qualquer doutrina que tivesse por base o mundo do trabalho. Como Prefeito, venceu a intriga e as denúncias caluniosas, chamado e intimado a explicar-se perante autoridades militares. Resistiu e fez-se ainda mais respeitado.

Ainda muito jovem, mas tendo meu pai como membro da Câmara de Vereadores, convivi os problemas políticos daquela edilidade e conheci suas expressões mais fortes. Domício Scaramella era uma destas projeções.

Para compreendê-lo melhor é ainda necessário lembrar que sempre manteve estreitas relações com os trabalhadores, acreditando que o trabalhismo tinha a solução para os contrastes sociais, para a redenção das classes subalternas. E lhe repugnava o exercício político do pretexto, do engodo, do desvirtuamento da doutrina social que considerava justa e necessária, para o exercício do poder pessoal e as vantagens da administração.

Como amigo pessoal, conterrâneo, e convivente político faço este testemunho pessoal, "in memoriam", como preito de saudade e respeito por um dos homens que elevaram a política do Paraná ao nível mais alto: de respeito à maioria do povo e sua aspiração democrática, de reconhecimento aos valores do trabalho, e de dispor-se ao serviço dos interesses da coletividade.

Poucos políticos poderão vangloriar-se do reconhecimento explícito que toda a coletividade lhe presta, por seu caráter, sua coerência e seu espírito público. Domício Scaramella teve este mérito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Uma data muito especial dedicada à criança, dia 12 de outubro, anteontem transcorrida.

Não poderíamos passar essa oportunidade sem um propósito nobre, do que o simples fato de festejá-lo nas entidades escolares, ou mesmo tornar esse evento um meio de maior comercialização de produtos infantis, que é o que motiva, infelizmente, a maioria das pessoas.

Nós, adultos, primordialmente, somos os responsáveis

por essa geração do futuro, e nosso dever é o de suscitar e desenvolver os vários estados físicos, intelectuais e morais que a sociedade lhes cobrará no dia de amanhã. Sabemos que é no lar, a família em si, o ambiente onde a criança começa a educar-se e socializar-se.

Daí em frente, ela será, à medida do tempo, sendo integrada ao mundo, à realidade, através da escola, dos amigos, e assim irá desenvolver com aquilo que a sociedade lhe proporcionar.

No ano passado quando nesse plenário homenageávamos a criança, requeremos o encaminhamento de expedientes ao Ministro da Educação e a outras autoridades do ensino, fazendo apelo para a preparação, pela TV Educativa, de maior número de programações infantis, de elevado nível educacional para ser veiculada pela emissora de televisão, mediante a compra de horários.

Por que ressaltamos esse aspecto de comunicação como fator importante na formação da criança?

Porque, estatisticamente, se comprovou que a criança passa de seis a dez horas diárias, vendo televisão.

Nossa petição, infelizmente, não foi atendida. Pelo contrário, parece-nos que diminui a cada dia o sadio lazer da criança. As produções se limitam a proporcionar em média quarenta minutos diários de programas para crianças, e mesmo assim, um ou dois merecem o nosso estímulo a que elas assistam.

Atualmente, quase todo o horário matutino é ocupado por programas especialmente para as mulheres e as tardes geralmente são dedicadas a "enlatados" - que prendem a maior audiência das crianças, com seus "super-heróis" ou a programas populares.

Nesta oportunidade, queremos solicitar às autoridades competentes uma atenção maior neste aspecto, lembrando que "o produto infantil é o que de maior valor se tem no mundo atual", e que depende exclusivamente da boa formação que dermos a ele, o futuro do nosso País.

Embora a criança desenvolva sua personalidade através de uma família bem estruturada, uma educação escolar adequada, e mesmo sua formação religiosa, os meios de comunicação em geral, e principalmente a televisão, que penetra diariamente em todos os lares, é de fundamental fator, pois toda a criança tem por natureza a capacidade de percepção e recepção das coisas da maneira como lhe apresentarmos. E se preencher-mos os seus momentos de lazer com diversões sem conteúdos instrutivos, naturalmente teremos adultos mal formados.

Esta medida que reiteramos na "Semana da Criança", certamente suprirá tremendas falhas que presentemente se verificam em nosso País, pois nossas crianças estão assimilando cultura que não reflete a realidade brasileira, e devemos nos preocupar o máximo possível com elas, pois é dessa preocupação que nascerão os futuros homens que dirigirão a nossa Pátria.

Requeremos, finalmente à Mesa, seja encaminhada cópia deste requerimento ao digno Ministro da Educação e Cultura. Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho à tribuna hoje, mais uma vez, denunciar fatos que têm causado, no Paraná e no País todo, problemas de ordem gravíssima, em relação a ocupação das terras, neste País.

Tanto os expropriadores de Itaipu como os pequenos lavoureiros, propriedades de pequenos sítios no Norte do Paraná, estão sendo incessantemente procurados por colonizadoras que se encarregam de aliciar esses trabalhadores e levá-los para o Norte, para o esvaziamento cada vez mais agravante do Estado do Paraná.

Mas, o direito de ir e vir não o podemos contestar. Mas

não podemos admitir, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que isso se dê sob a especulação de falsas firmas, de colonizadoras fantasmas, que contam, inclusive, com o apoio de órgãos federais como no caso o INCRA. Há uma colonizadora que com vários escritórios instalados em todo o Paraná, tanto no Oeste como no Norte do Paraná, que não possui um palmo de terra sequer. E está aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, as negativas do cartório de Cuiabá, onde deveria estar registrado as terras que eles estão vendendo. Não possui um palmo de terra, no entanto, recebeu do INCRA, registro sob n.º 71, conforme está em sua propaganda para vender terras, para aliciar agricultores e jogá-los para dentro de uma área que, segundo informações, são terras devolutas.

Essa colonizadora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que vende terras na gleba Bandeirantes-Mato Grosso, no Município de Alta Floresta - Comarca de Cuiabá, portanto, Norte do Mato Grosso, é a Colonizadora e Administração, empresa particular de Colonização Bandeirantes, propriedade de um tal de Sr. Meneghel.

O que pasma, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que o INCRA empresta, é que o INCRA registre firmas que mesmo sem possuir terras, dá autorização para que elas possam proceder a colonização.

Pasme também, Sr. Presidente, que parece haver influência do próprio Chefe da Casa Civil do Governo do Estado do Mato Grosso do Norte, para acobertar esse grupo que está levando para aquela localidade, para o Município de Alta Floresta, centenas e centenas de famílias que lá são assentadas e que se converterão num futuro próximo, em mais um conflito social.

Depois, quando a Igreja intervém, os políticos oficiais deste Governo que dão cobertura a esse tipo de transações ilegais, vão acusar a Igreja de estar provocando um banho de sangue.

Pergunto, Sr. Presidente, Srs. Deputados: quem realmente está a provocar situações difíceis, a violência no campo? Não é o próprio Governo aliado a esses grupos econômicos que especulam com a miséria do pequeno agricultor, levando-o a uma situação? E, qual é a prova de que essa colonizadora não tem terras? A prova está aqui em registros, em certidões negativas tiradas dos cartórios de registro de imóveis da faculdade de Cuiabá.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que o Governo Federal deverá tomar medidas cautelares nesse sentido para evitar que se crie no Estado do Mato Grosso do Norte, que se crie o constrangimento de famílias que são iludidas, levadas e aliciadas para aquela localidade. Inclusive, à prova final, não esta Colonizadora Bandeirantes, do Grupo Meneghel que não vende terras à vista, somente a prazo porque não tem condições de dar Escritura, porque as terras realmente não lhe pertencem.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Encerrado o Pequeno Expediente. Passa-se ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos, inscrito.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos a tribuna nesta tarde no Grande Expediente, para tratarmos de dois assuntos, Sr. Presidente. O primeiro é com referência aos lamentáveis fatos ocorridos na Cidade de Paranaíba, no último final de semana, quando da realização do 32.º Congresso Estadual dos Estudantes do 1.º e 2.º graus.

Lamentáveis fatos, Sr. Presidente, porque a truculência, a corrupção se fez presente naquele Congresso.

Os estudantes do primeiro e segundo graus do Paraná, representados pela UPES, reuniram-se a partir do dia 7 de outubro na Cidade de Paranaíba para a realização do 32.º COESES, órgão máximo de sua entidade, que se desenvolveria entre aquele dia 7 e o dia 11. Levados pelos mais altos princípios da classe,

os Diretores da UPES convocaram o referido Congresso para que se desenvolvesse de forma democrática e imparcial o programa estatutário competente.

Estatutariamente as eleições à nova Diretoria Executiva deveriam ser realizadas pelo voto direto e secreto, ou seja, com a participação de todos os estudantes possuidores de identidade estudantil, expedidas pela UPES no ano de 1981.

Todavia, prevista a paralisação conjunta levada pelos estudantes e professores, houve-se por bem proceder-se pelo antigo sistema de oito membros titulares representantes de entidades com direito a voto, sendo que as eleições se realizariam no decorrer do 32.º COESES, decisão essa tomada pelos representantes de todo o Estado, reunidos no primeiro Conselho de Entidades da UPES realizado na Cidade de Campo Mourão, no dia 9 de agosto do corrente ano.

Esta atitude foi fundamentada na problemática da ausência dos alunos nas escolas e mais a falta da estrutura físico-administrativa-financeira das entidades e da própria UPES, reflexo lógico da repressão implantada após 1964, Sr. Presidente.

Apesar das eleições não se procederem pelo voto direto, o Tribunal Eleitoral Estudantil, órgão responsável pela coordenação e fiscalização dessas eleições, abriu prazo para a inscrição dos interessados em candidatar-se, prazo esse que se iniciou em 25 de agosto e estendendo-se até 5 de setembro do corrente ano.

Vencido o prazo, encontraram-se inscritas duas chapas: "Mãos à obra" e "Revivendo". Em reunião do Tribunal Eleitoral Estudantil, no dia 9 de setembro para a homologação das referidas chapas, constatou-se irregularidades em ambas. Isto posto, mais a questão de que, caso não fossem homologadas as chapas inscritas, não haveria candidatos à nova Diretoria Executiva, o Tribunal Eleitoral Estudantil resolveu por bem conceder um prazo de mais 48 horas úteis para que os documentos faltantes fossem encaminhados.

Vencida a prorrogação, somente a chapa "Mãos à obra" havia encaminhado seus documentos, sendo homologada pelo Tribunal Eleitoral Estudantil no dia 13 de setembro, quando da realização do Segundo Conselho de Estudantes da UPES, na Cidade de Telêmaco Borba. A chapa "Revivendo", porém, lançada pelo Movimento Estudantil do PDS, e encabeçada por Venício de Mattia da Cidade de Medianeira, já então mostrava claramente suas reais intenções. A bem da verdade, é que a propósito dos integrantes da "Revivendo" era realmente não inscrever sua chapa, pois o estudantado paranaense, sabe-se perfeitamente, não se encontram ingênuos ao ponto de apoiar elementos oportunistas com interesses exclusivamente político-partidário, independente dos problemas que hoje atingiram a classe, decorrentes de um Sistema Educacional.

E Assim, à "Revivendo" restaria uma solução: garantir um grande nº de elementos no COESES, para de forma ordinária e mesquinha, tentar inscrever sua chapa, alegando manobras por parte do TEE, quando da não homologação da chapa em sua primeira inscrição.

Já no dia 07/10, previsto o primeiro dia do COESES, mas que, por motivos estes relacionados a deficiências organizacionais, não foi possível iniciar as sessões plenárias, sendo a sessão de instalação transferida para a manhã do dia seguinte, entretanto, já neste dia, elementos articuladores do M.E. do PDS começavam o sujo jogo, na tentativa de garantir ao seu partido, a direção da UPES. Dinheiro não lhes faltava, pois os cofres públicos (dinheiro do povo), estavam-lhes abertos, para o que necessário fosse.

Conforme chegavam os congressistas, era lhes oferecido alojamento em hotel, dinheiro e mordomia, na intenção de, desta forma vulgar e corrupta, garantir a eles o apoio dos estudantes.

Na primeira sessão plenária do COESES, foi eleito o presidente da mesa diretiva dos trabalhos, a comissão de cre-

denciais e a comissão de eleição. Como muitas entidades ainda não se faziam presente, inclusive pelo boicote de diversos ônibus por parte de Prefeitos do PDS, os alienados que ali se faziam presentes, eram maioria, conseguindo garantir assim, tanto a presidência do COESES, quanto as comissões de trabalhos. Todavia, no correr das sessões, um número bem maior de entidades se faziam presente, repudiando as atitudes alienantes e oportunistas daqueles elementos.

Contudo, como a comissão de credenciais ora por eles dominada e, vendo-se perdidos pelo voto dos representantes de entidades, as credenciais não foram distribuídas, para que a manobra, voto "por cabeça", pudesse ser encaminhada.

São membros do COESES, todos os estudantes portadores da identidade estudantil expedida pela UPES, no ano em curso, credenciados por entidade filiada à UPES, sendo os oito primeiros considerados membros titulares, e os demais, membros participantes, com direito a voto em todas as deliberações do COESES, exceto nas votações secretas para eleição dos membros dos órgãos da UPES.

Portanto, somente a estes membros, devidamente credenciados, para que assim pudesse se garantir a soberania do Congresso. (COESES).

Porém, instigados por integrantes da chapa "Revivendo", os adeptos do M.E. do PDS, tumultuaram o plenário de toda forma, para se conseguir, através do voto por cabeça, a votação de uma proposição que cancelasse o veto do TEE, à inscrição da chapa "Revivendo", a qual fora votada por incapacidade de seus componentes, na obtenção dos documentos necessários à sua inscrição no tempo regulamentar. Este incidente, iniciou-se na tarde do dia nove p.p., finalizando-se em seu período noturno, quando agressões físicas e morais, e a presença de elementos armados no plenário, já não ofereciam mais nenhuma segurança aos congressistas participantes.

Mesmo diante dessa situação, o colega Geber Nasser, que presidia a Mesa diretiva dos trabalhos do COESES, também partidário da chapa "Revivendo", de forma totalmente inconsequente e incoerente, negou-se a suspender a sessão plenária, o que obrigou o Presidente da Diretoria Executiva da UPES, RENATO LUIZ HARMÍ HINO, e o Presidente do Conselho Fiscal, ALTAIR JOSÉ FERNANDES, a baixar Portaria desconvocando e transferindo o 32.º COESES, para data e local a serem determinados pelo Conselho de Entidades da UPES, a ser realizado no próximo dia 25, na Cidade de Maringá, igualmente convocado pela Portaria baixada.

Apesar de cancelado o COESES, permaneceram no plenário os defensores da chapa "Revivendo", adeptos do M.E. do PDS, na tentativa de, desta forma, entre eles, sem credenciais, sem o secretário eleito pelo próprio COESES, sem participação alguma das verdadeiras entidades, elegeram-se e assumiram (para eles) a direção da UPES. Exonerando ainda, segundo informações, a atual diretoria executiva, por negligências administrativas, o que felizmente, não foi e não será aceito, pela grande maioria das entidades estudantis.

Lamentavelmente, previsto as eleições ao novo governo em 82, interesses político-partidário se infiltram em nosso meio, com o objetivo de usar da inocência de muitos estudantes, para conquistar as novas eleições a qualquer custo.

Todavia, graças à consciência de nossos estudantes, não se concretizarão as intenções do partido governista.

Na oportunidade, a atual diretoria executiva da UPES, gestão "SEMEANDO", ora representando todos os estudantes de primeiro e segundo graus do Paraná, manifesta aqui seu mais alto repúdio às atitudes desses falsos líderes, ao mesmo tempo que faz um apelo a todos os verdadeiros estudantes e à comunidade em geral, que se posicionem favoráveis à correta decisão tomada pelos poderes da UPES, dando todo seu apoio, para que não mais se repitam infiltrações deste gênero no próximo COESES.

O Sr. Nelson Friedrich — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Como o assunto, embora seja da área estudantil, mas pela repercussão que tem e pela grandeza do contingente de estudantes do primeiro e segundo graus, envolvidos no episódio, é óbvio que este Parlamento não poderia silenciar. E é oportuna a sua presença. Porque me parece que infelizmente o golpismo que faz prática histórica na América Latina, também tem a sua paragem ao menos no movimento estudantil.

E a propósito da questão, vale ressaltar e me permita até se assim entender Vossa Excelência, que se solicite a inserção no seu próprio pronunciamento, de um importante editorial que hoje sai no jornal "Diário do Paraná", sob o título: "O Exercício da Democracia", que também evidencia esse quadro de intromissão e de desajuste em que a classe estudantil passou, principalmente em Paranavaí.

Permita-me, portanto, essa sugestão, até para que possamos ampliar esta visão, que é preciso que todos passemos a ter, de que em Paranavaí tivemos um triste episódio quando, de maneira dolosa, pretensamente pensada, grupos foram com o objetivo de tumultuar e complicar e fazendo com que a Diretoria atual da entidade máxima de primeiro e segundo graus do Estado do Paraná, tomasse uma atitude serena, na ocasião, qual seja de interrupção, suspendendo e encerrando precocemente aquele congresso, convocando uma reunião, do Conselho de Entidades para Maringá, no próximo dia 25, com o objetivo de então se fazer um novo congresso estadual.

E isto também, Deputado, permita-me, tem por trás um outro objetivo que me parece evidente. Teremos um encontro nacional, com a presença de mais de três mil, três mil e quinhentos estudantes, neste fim de mês, aqui em Curitiba, onde se pretende reconstituir a União Brasileira de Estudantes Secundários que, pelo próprio sentido e amplitude da entidade, deverá se transformar em mais uma força democrática libertária em torno também de uma educação gratuita e pública para todos. E essa é a razão da nossa intervenção neste seu pronunciamento, tomando a liberdade de, se assim entender, de inserir no seu pronunciamento, "O Exercício da Democracia", importante editorial que sai hoje no jornal "O Diário do Paraná". Obrigado.

O SR. DARCY DEITOS — Agradecemos o seu aparte, eminente Líder Nelson Friedrich e requeiro ao Sr. Presidente, a transcrição nos Anais desta Casa, do Editorial do jornal, "O Diário do Paraná", da matéria, "O Exercício da Democracia", que numa opinião coerente, firme, mostra a interferência do Poder Público Estadual, no tumultuado congresso realizado no último final de semana em Paranavaí, no Congresso Estadual dos Estudantes Secundários. (Lê):

"Informações de Paranavaí dão conta de que no final da semana os estudantes secundaristas tiveram ali uma demonstração do baixo nível a que podem chegar as práticas políticas, mesmo entre aqueles que nelas se iniciam.

A irrupção de uma caravana, coberta por uma brigada de choque, ao Coeses (XXXII Congresso Estadual dos Estudantes de 1.º e 2.º Graus), que representa os grêmios estudantis de todo o Estado, mostrou que o palmilhar da democracia no movimento estudantil secundarista não está ameaçado apenas por entidades estranhas ao setor, mas por alguma coisa intrínseca aos grupos sociais - o autoritarismo, o corporativismo, o sectarismo - como também é intrínseco o populismo, o democratismo e outras tendências opostas ao pequeno grupo dirigente.

Somente o longo e difícil exercício da livre manifestação e da organização das forças sociais em movimentos e partidos podem depurar essas práticas ingênuas ou agressivas diluidoras ou violentas. E seria demais exigir que o movimento de adolescentes escolarizados possa apresentar nível mais elevado do que aquele em que vivem os adultos numa sociedade subdesenvolvida

e dominada por elites. Porém, os exemplos das práticas sociais, em diversos níveis e áreas, já apresentam um cabedal de referências que permite análises e avaliações para orientação das forças políticas organizadas.

É preciso considerar que ainda pairam sombras anti-democráticas sobre os movimentos populares e intelectuais, notadamente aqueles que representam postulações mais incisivas como os ligados aos interesses dos trabalhadores rurais e urbanos; e de setores intelectualizados desligados da produção como o movimento estudantil. Pela força das reivindicações, esses movimentos encontram muitos obstáculos, ferem muitos interesses e se transformam em base para mudanças não-graduais na sociedade.

O movimento estudantil tem sido reprimido com muita violência e passou a uma "politização forçada", ao contrário do que pretendiam seus repressores. E assim, tudo o que ocorre nos encontros e debates do movimento estudantil - mesmo o secundarista - tende a adquirir dimensão política e até político-partidária, com base em movimentos e ação de grupos. Não seria razoável pretender que isso não ocorresse; mas daí a admitir-se a formação de grupos de choque, de milícias de combate para intimidação dos adversários vai uma grande diferença.

O grupo de choque que se dirigiu em caravana para Paranavaí, mesmo sabendo que seus integrantes poderiam apenas assistir, mas não votar, pois isto estava reservado aos grêmios; mas que passaram a tumultuar e exigir direitos antiestatutários, como de direção e de votação a todos os presentes, somente poderia escudar-se, como acabou acontecendo, em grupos de força a darem a lamentável tônica da intimidação e da violência no Congresso.

As denúncias dos estudantes sobre o ocorrido em Paranavaí, com desdobramentos na disputa da sede da UPES, até agora não obteve a reprovação daqueles que parecem apoiar esse movimento por estimularem a facção estudantil do partido oficial.

É importante que se registre o problema, a fim de que não sejamos colhidos de surpresa com novos eventos em que os protagonistas sejam esses guerrilheiros urbanos, até agora livremente agindo em nome de uma representação político-partidária legalmente constituída, mas cujas práticas são a negação legal e constitucional.

Além da advertência que se faz, é preciso pensar em qual instância deveria analisar e avaliar o episódio, e se existe tal instância confiável, em nosso Estado. Porque é natural que os secundaristas não desejem venha a polícia a arbitrar suas pendências, mesmo que sejam vítimas de um grupo de assalto armado de soco-ínglês e outros instrumentos de violência".

Mas, Sr. Presidente, alguns Srs. Deputados, poderão até estranhar a nossa vinda à tribuna, para tratar de um congresso dos estudantes secundários do nosso Estado. Mas, se esquece, Sr. Presidente, desde moço, sempre fizemos política estudantil, e quantas lideranças se formaram neste Estado, fazendo política estudantil e desde os tempos dos grêmios nos seus ginásios, desde os tempos da participação nas diretrizes da UPES. Porque, Sr. Presidente, somos daqueles que acreditam que o exercício democrático, tem que começar cedo e nada mais do que o estudantado, que dá os primeiros passos, que se forma nesta Nação com o intuito de ajudar a resolver os problemas graves que existem, mais do que nunca é necessária a sua participação, mais especificamente, nas entidades, elas têm que ser desvinculadas das cores político-partidárias e não se pode admitir que o PDS, usando de toda a sua máquina, quisesse como que sobrepujar todas as demais lideranças deste Estado no congresso de Paranavaí, humilhando e até ameaçando com esforço físico e até com elementos armados presentes naquele congresso.

Era isto, Sr. Presidente, para que ficasse nos Anais desta Casa e que por deliberação do nosso eminente Líder, nos solicitava de que também, dissesse do repúdio, da nossa bancada,

às atitudes cometidas por elementos estranhos, aos estudantes naquele congresso.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Darcy Deitos, o assunto que Vossa Excelência traz a esta Casa, a esta tribuna, ele é de interesse da vida social e política do Estado e até do País.

Até agora, o que tem ocorrido é que quando, a presença, ou alguns focos de pensamentos contrários ao Governo, há sempre a represália por parte dos componentes do partido do Governo, ou daqueles que circundam o Governo.

Até ministros, num tempo recentemente passado, viviam a dizer que, política se faz nos partidos políticos e que na escola não é lugar de se fazer política.

Com esses tacões e com essas fórmulas enlatadas o Governo, o regime dominante, afastou da vida política, da militância partidária, os estudantes. Agora, em nome de uma democracia, que não existe e que se pretende a duras penas, conquistar, alguns elementos ligados à Secretaria de Estado e que formam hoje o Estado do Paraná, a chamada ala jovem do partido do Governo, faz este tipo de intromissão indébita. O caso da UPES, tem o conhecimento pleno desta situação, porque me telefonaram tarde da noite, infelizmente sem condições de sair, para me fazer presente, ou para dar uma orientação mais próxima, fui obrigado a indicar outros companheiros e dar o telefone, inclusive, do companheiro Líder da nossa Bancada, Nelson Friedrich.

Mas, a intromissão dentro do movimento estudantil, e principalmente, agora, nesta reunião que os estudantes secundários do Paraná faziam no Norte do Estado, precisamente em Paranavaí, é de se notar o desespero do Governo que faz com que use de forma indevida, o desejo do estudante participar da vida política. Mas, de uma forma errada; é uma forma que deturpa a própria vocação libertária do estudante.

Na medida em que ele se prende a uma política enlatada do Governo e também a preconceitos firmados e formados dentro da área do Governo, ele estará se vinculando a um bitolamento que já perdura há muitos anos, e que a sociedade brasileira e o estudante não aceitam.

É por isso que deu aquele conflito.

Por esta razão, Deputado Darcy Deitos, quero louvar a iniciativa de Vossa Excelência, em trazer a esta Casa, este pronunciamento, não só para deixar, mas, também, para formular o protesto. Porque, quando nós, da Oposição, no passado, buscávamos as escolas, os centros acadêmicos, em palestras, em diálogos, para fazermos uma alteração (interrompe).

Muito obrigado, Deputado.

O SR. DARCY DEITOS — Nobre Deputado Tolentino, é evidente que todos nós somos pela participação política. Agora, o que não pode é elementos estranhos, totalmente alheios à classe estudantil, totalmente descredenciados para participar e votar no Congresso, tenham tido poderes para deliberar, através de uma manobra, do uso da força, da coação, da agressão física e, até, armas chegaram a ameaçar na moçada que lá se fez presente em Paranavaí, os legítimos representantes dos estudantes do Paraná.

E este registro tinha que ficar nos Anais desta Casa, Sr. Presidente, para que fatos lamentáveis como este, não se repetam.

Concedo aparte ao nobre Deputado Gernote Kirinus.

O Sr. Gernote Kirinus — Nobre Deputado, o assunto que Vossa Excelência traz a esta Casa, é sério, muito sério. Acredito - e é minha opinião particular - que o desespero do Governo em ganhar a liderança daquela agremiação, é para poder compensar, no futuro, os votos que já perdeu, da classe dos

professores. Porque o professor teria influência diretamente sobre o estudante. E, tendo um outro órgão na mão, que também tem influência sobre os estudantes, ele estaria, assim, equilibrando o "baque".

No entanto, não podemos admitir que isso ocorra de uma forma tão golpista. E até me parece, nobre Deputado, que nada mais foi do que uma demonstração, um pré-ensaio do que serão as eleições de 82.

Nada mais do que isso.

Até as denúncias que ouvimos dos estudantes, de que teriam "baixado" lá com esquema de dinheiro, distribuindo dinheiro, tentando aliciar os votos, o que farão em 82 também. Quer dizer, foi praticamente um pré-ensaio a nível menor, de como serão as eleições em 82, as eleições não limpas que haremos de enfrentar.

O SR. DARCY DEITOS — Vossa Excelência coloca muito bem.

Isso leva a que todos passemos a ter um minuto de reflexão; e comecemos a analisar: se, num simples congresso estudantil, usa-se essas armas, imagine-se nas eleições de 82, quando, efetivamente, o poder deste Estado estará em jogo, após 18 longos anos.

O Sr. David Cheriegate — Vossa Excelência concede-me um aparte? — (Assentimento).

Nobre Deputado, estou ouvindo com muita atenção o seu pronunciamento, bem como todos os apartes oferecidos.

Parece-me que a Bancada da Oposição quer colocar, aqui, um desespero que, está tomando conta do PDS, do movimento jovem do PDS.

Mas acredito que, hoje, quem está se sentindo desesperado é a classe que dominou: a UPES até a semana passada. Essa Diretoria que não teve condições de apresentar na assembléia dos estudantes, a prestação de contas de seu mandato.

E gostaria de dizer a Vossa Excelência que a diretoria que foi eleita, em Paranavaí, tem direito de assumir a direção da UPES e vai defender os estudantes.

Gostaria de dizer também, que o desespero está tomando conta dos estudantes que não querem obedecer o resultado da eleição que houve em Paranavaí. Pediria mesmo a Vossa Excelência, que dissesse a essa diretoria anterior, que ainda esta semana, deverão entregar a direção da UPES aos legítimos ganhadores dessa eleição.

Agradeço o aparte.

O SR. DARCY DEITOS — Nobre Deputado David Chriegate, agradeço o seu aparte, e devo dizer que esse é o entendimento de Vossa Excelência mas não o nosso.

O entendimento legítimo, o entendimento de qualquer cidadão que examina as coisas com isenção de ânimo, jamais poderá levar as coisas para o lado que Vossa Excelência leva.

O Sr. David Cheriegate — Gostaria de dizer a Vossa Excelência que os policiais que estavam naquela assembléia estudantil, foram a pedido dessa diretoria que está no poder, que não quer se curvar ao resultado das eleições.

O SR. DARCY DEITOS — Aqueles policiais foram lá para desarmar elementos estranhos ao meio estudantil, que lá se encontravam. Houve até soco inglês no congresso, para tentar coagir e tomar conta do mesmo.

A diretoria atual, baixou uma portaria cancelando o congresso, porque ela tem os legítimos direitos assegurados.

O Sr. David Cheriegate — como também de apresentar a prestação de contas.

O SR. DARCY DEITOS — ... as chapas estavam irregulares.

Mas, como acredito na Justiça e que também Vossa Excelência há de ser coerente, porque o que houve lá foi uma

falcatura.

O Sr. David Cheriegate — Falcatura, Deputado, é não prestar contas de seu mandato.

O SR. DARCY DEITOS — Mas esse é outro departamento, como dizem por aí.

A não prestação de contas não dá direitos de se tomar um congresso na marra e eleger uma diretoria.

O Sr. David Cheriegate — O próprio Estatuto prevê que a prestação de contas tem que ser aprovada pela diretoria. E eles não o fizeram.

O SR. DARCY DEITOS — Quanta gente não presta contas neste Estado, neste País...

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa comunica que resta um minuto para o término de sua oração.

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) Sr. Presidente, apenas para requerer a Vossa Excelência que conceda mais cinco minutos ao nobre Deputado, do Horário da Liderança, para Sua Excelência dar prosseguimento a seu discurso, ao seu brilhante discurso.

O SR. PRESIDENTE — Então, continua com a palavra, no Horário da Liderança, por cinco minutos, o Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Então, Sr. Presidente, todos nós queremos que os jovens participem politicamente, eis que é exatamente nessas entidades que eles podem exercer livremente o seu pensamento. Jamais pretendemos que essas entidades passem a usar os mecanismos das cores partidárias, para serem usados e serem encaminhados para projetos que não lhes dizem respeito; somos de que haja coerência na análise daquele Congresso, para que seja realizado...

O Sr. David Cheriegate — Coerência é prestar contas, Deputado, é prestar contas do seu mandato.

O SR. DARCY DEITOS — Quer me parecer, nobre Deputado, que Vossa Excelência tem um entendimento errôneo, um entendimento de autoritarismo, de chegar lá e tomar, na "marra".

O Sr. Gernote Kirinus — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, já que se insiste tanto na prestação de contas, acredito que existam outros expedientes como bem frisou Vossa Excelência, de fazer uma diretoria prestar contas: se, por falta de prestação fosse motivo para golpes de estado, este País já teria sofrido uns quantos golpes de estado. inúmeros, inclusive o Prefeito de Medianeira teria que ter sido golpeado tantas vezes, por falta de prestação de contas. No entanto, como é do outro lado, nada acontece.

Mas, de todas as formas, Vossa Excelência tem razão em que, se há irregularidades, devem ser cobradas, mas não através de golpismos, isto é antidemocrático, isto é fascismo que está sendo inspirado dentro da juventude, o fascismo com o qual eles querem que se conduza a juventude do PDS, que provocou toda aquela calamidade na ocasião lá em Paranavaí.

Obrigado.

O SR. DARCY DEITOS — Eminentíssimo Deputado, havia me passado despercebido neste episódio, o seguinte: sabe Vossa Excelência de onde é o Presidente desta chapa "Revivendo"? É da cidade de Medianeira, eminentíssimo Deputado Gernote Kirinus. Fizeram escola. Em querer se levantar prestação de contas, para uso da força. É como Vossa Excelência disse, quantas

derrubadas de Governo teriam sido dadas aqui neste País, porque, nem uma simples informação, quando um Deputado do PMDB requer a qualquer órgão do Governo do Estado, quando dirigido ao Sr. Governador ou ao seu Secretariado, é motivo de indeferimento por parte da bancada do PDS.

Quanta coisa irregular foi levantada aqui, desta tribuna, COPEL, SANEPAR, BADEP, etc., etc., etc. e tal, e nem por isso a Bancada do PMDB usou soco inglês, veio armado, ou tentou aprovar "na marra".

O Sr. David Cherigate — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Deputado, somente para acrescentar: se realmente houve algum golpe de estado naquela assembléia da UPES, ele foi dado justamente pelos atuais mandatários, ou pelos ex-mandatários, que se retiraram da assembléia quando sentiram que a derrota era flagrante, ou então o golpe foi dado justamente por esses mesmos estudantes que hoje estão negando o direito de entregar a sede da UPES para aqueles que ganharam no voto e com a maioria absoluta naquela última assembléia.

Acredito que — com todo o respeito que tenho por Vossa Excelência, Vossa Excelência está faltando com a verdade.

O SR. DARCY DEITOS — Eu? Estou faltando com a verdade?

O Sr. David Cherigate — É. Porque o golpe de Estado foi dado pelos atuais ou pelos ex-mandatários da UPES, que se retiraram do plenário porque sabiam que seriam derrotados.

O SR. DARCY DEITOS — Baixaram uma resolução, porque lá os homens tomaram na força o congresso. E fizeram muito bem. Porque o PDS fez escola nesta Nação e influenciou e orientou a juventude estudantil do próprio PDS, que lá fosse e usasse da força para tomar o congresso.

O Sr. Lineu Turra — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Pedi o aparte somente para colocar meu ponto de vista com relação ao problema de eleição e prestação de contas.

Acho que realmente deve ser prestado contas, todo cidadão tem obrigação de prestar contas, dever moral inclusive, de prestar contas dos seus atos, quando ele está incumbido de gerir a coisa pública. Deve prestar contas.

Agora, o que não se deve é confundir "alhos com bugalhos", confundir eleição com prestação de contas. Não é motivo para se impugnar uma eleição, porque o cidadão lá, tem que pedir a prestação de contas.

Quer dizer, são coisas completamente distintas, se houver uma impugnação da candidatura da pessoa, porque o Estatuto determina que sem prestação de contas não pode ser candidato, então, deve ser impugnado em tempo hábil. Mas, jamais querer vir trazer à Casa um argumento dessa ordem, que acho ser totalmente inconsequente.

Era esse o aparte.

O SR. DARCY DEITOS — Vossa Excelência tem toda razão, eminente Deputado.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que o eminente Deputado David Cherigate, como diz o nobre Deputado Gabriel Manoel, está confundindo "caçada de tatu com serenata". O que tem que ver a prestação de contas com eleição irregular do "filhote" do ditador lá de Medianeira?

Agradeço, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) Concedo a palavra ao nobre orador inscrito, Deputado Nelson Friedrich, que tem dez minutos.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Depu-

tados.

Outra vez estamos ocupando a tribuna, para denunciar uma arbitrariedade que se ocasiona neste País e neste Estado.

No último dia 06 de outubro, foi fundada a Associação dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação de Toledo, que congrega três mil operários das empresas FRIGOBRA e AGROPASTORIL, paranaenses, pertencentes ao Grupo SADIA.

A "Chapa Operário" recebeu, conforme consta do telegrama, em mãos, "926 votos, sendo derrotada pela "Trabalho e Justiça", que obteve 1743 votos.

Durante toda a campanha eleitoral, houve enorme pressão em favor da chapa vencedora, pois a mesma era formada por chefes e encarregados de seções das empresas mencionadas, e que inclusive logo após o pleito, já surgiu todo um processo de despedida, de demissão de funcionários ligados à chapa "independente", chamada "Chapa Operária".

E, exatamente na última sexta-feira, o grupo que compunha a "Chapa Operária", teve por parte da empresa definida a sua demissão. Doze componentes da mesma chapa e mais dez operários que colaboravam na campanha eleitoral. E, as duas empresas reconheceram que estavam demitindo os trabalhadores sem justa causa, e há ainda ameaça de demissão de cerca de cem outros operários, que divulgavam a "Chapa Operária".

Dentro das fábricas do Grupo SADIA, o clima é de grande insegurança, pois nenhum trabalhador tem certeza que continuará no emprego. Entre os trabalhadores demitidos, e seus familiares, a situação é de angústia. Há uma revolta em diversos setores da comunidade, pois é desumana a atitude das empresas.

"Estávamos apenas", continua o telegrama, "procurando organização dos trabalhadores, e por isso solicitamos o apoio de todos. Ajudem-nos a denunciar a arbitrariedade do Grupo SADIA, divulgando em todos os setores possíveis e participem da campanha de empregos que visa empregar todos os operários demitidos. E, a relação dos componentes da chapa perdedora e que no todo teve demissão formalizada pela empresa.

Sr. Presidente, nos vimos na obrigação de ter que voltar a esse assunto, devido a importância que tem. Porque, mais de três mil operários que participaram do pleito, e as informações que temos, com o máximo de pressão possível — ameaças, controles. Uma verdadeira insegurança se gerando nos pátios e no interior da própria empresa, e com a gravidade agora, de dezenas de empregados sendo despedidos.

Isso atenta contra a Lei Trabalhista desta País, contra o espírito do associativismo. E agora, recentemente, quando Sua Santidade o Papa fez ver ao mundo em uma Encíclica, a necessidade de organização dos trabalhadores, não podemos nos calar quando se cria um clima de verdadeiro terrorismo em função de uma participação do trabalhador que deseja se organizar.

E haveremos de fazer amanhã, de maneira formalizada, um pedido de intervenção da Delegacia Regional do Trabalho como da Federação dos Trabalhadores da Indústria de Alimentação do Paraná, porque não é possível que quando o trabalhador pretende ter um mínimo de organização, depois de uma ampla discussão de meses e meses como sabemos que ocorreu lá, a empresa toma esta atitude com dezenas de despedidos, inclusive não só os que participaram da chapa, mas todos aqueles que se identificaram de maneira aberta, com aquele movimento.

E isso para nós tem o sentido de fascismo, e acima de tudo, de obstruir a ação do trabalhador que quer se organizar para defender seus interesses, a dignidade devida, condições de trabalho e, acima de tudo, a melhoria até salarial.

É inadmissível que isto esteja ocorrendo e tomara que a

própria Secretaria da Indústria e Comércio do Estado, Delegacia Regional do Trabalho e a própria Federação dos Trabalhadores da categoria, ao menos se manifestem, porque já temos informações de que outros setores da comunidade, como o próprio bispo diocesano, da Diocese de Toledo, já tomou uma posição clara devido a angústia, o ambiente de medo que hoje não só nos despedidos, mas naqueles demais que estão trabalhando sob ameaça de demissão porque participaram de um movimento, pretendendo, com independência, sem peleguismo, sem o dedo do patrão, fazer um Sindicato independente numa das maiores empresas do País, já que é uma das poucas empresas do Paraná que tem mais de três mil operários.

O Sr. Gernote Kirinus — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento).

Nobre Deputado, é séria realmente a denúncia que Vossa Excelência traz e que ela sirva de luz àqueles que pretendem continuar implantando o monopólio em nossa região, porque é o poder do monopólio econômico que se manifesta que oprime, dirige e se intromete em todos os assuntos de uma comunidade.

Em Concórdia, Santa Catarina, sabemos do poder da SADIA em todos os campos — na política, na educação, nas sociedades esportivas inclusive, onde ela detém o comando, monopoliza não apenas pelo lado econômico, mas através do econômico assegura e monopoliza o resto, implantando assim, o fascismo do monopólio econômico.

É isso que tememos, quando aqui reclamamos que o BADEP venha liberar verbas na ordem de trezentos e cinquenta milhões de cruzeiros, financiando 90 por cento de mais um futuro monopólio, em Marechal Cândido Rondon.

Queremos a industrialização, mas não queremos e repudiamos a monopolização. Vossa Excelência está de parabéns, e traz à Casa um alerta, para todo o político que realmente pense o bem comum de sua localidade, de sua região.

Não podemos admitir que através da dominação econômica se atrele o resto e queiram inclusive encampar a Igreja, encampar as associações, privando a população de toda a liberdade de se associar, pisando e tripudiando sobre os direitos mais elementares do homem.

Obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço, Deputado Gernote Kirinus.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa ao nobre orador que resta um minuto para o término de sua oração.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Concluo dizendo que não há dúvida de que se nós até agora tivemos um comportamento, embora distanciado com este grupo econômico, de maneira alguma nos calaremos para denunciar este tipo de arbitrariedade, porque não é possível, quando se pretende implantar um processo de abertura neste País, esta abertura que quer se fazer, mais uma vez, pelo pico da pirâmide social, esquecendo-se que é na base que está o povo brasileiro.

E, quando o operário busca se organizar de maneira independente, sem o controle e o dedo peleguista, ocorrem fatos como o que acabamos de registrar, face o telegrama que recebemos.

Só nos resta dizer, desta tribuna, que haveremos de mobilizar o que for possível, no sentido de repudiar e tentar reverter este comportamento que é, acima de tudo, anti-social, anti-humano e anti-cristão, inclusive ferindo o próprio espírito das leis trabalhistas mais conseqüentes deste País e de outros lugares.

Era o que tínhamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque este assunto por certo nos obrigará, pela importância que tem, embora não sendo problema doméstico, porque são

mais de três mil operários, esta unidade industrial merecerá de nós um retorno aprofundando esta questão e pedindo providências às autoridades ligadas ao setor.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) A Mesa consulta a Liderança do PTB se deseja fazer uso de seu horário.

Tendo declinado, consulta a Liderança do PDS. (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 76/81, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA, que declara de utilidade pública a “CASA DA AMIZADE DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE CORONEL VIVIDA”, com sede e foro na cidade de Coronel Vivida. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 44/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição n.º 62/81 (Mens. Govern. n.º 68/81), que aprova o Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio e o Ministério do Trabalho, objetivando a realização da “II FEIRA BRASILEIRA DO ARTESANATO”, no período de 10 a 19 de julho de 1981. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 45/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição n.º 66/81, (Mens. Govern. n.º 73/81), que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios de CLEVELÂNDIA e COLORADO, no valor de Cr\$ 5.100.000,00 (Cinco milhões e cem mil cruzeiros), objetivando a construção de terminais rodoviários de passageiros, nas sedes dos referidos municípios. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 46/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição n.º 67/81, (Mens. Govern. n.º 74/81), que aprova os Convênios celebrados em 20/07/81, entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de CORNÉLIO PROCÓPIO e PÉROLA, objetivando obras do controle da erosão urbana nos referidos municípios. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 29/78, de autoria do Deputado JURANDIR MESSIAS, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. ARMANDO SOICHI IWAYA, servidor público estadual. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 180/78, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que declara de utilidade pública o “CENTRO SOCIAL DE BUTIATUVINHA”, com sede e foro nesta Capital. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 33/81, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS JOÃO PAULO I, com sede em Curitiba. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 42/81, de autoria do Deputado DAVID CHERIEGATE, que denomina “DEPUTADO ARNALDO FAIVRO BUSATO”, o trecho da Rodovia PR-182, que liga a sede do Distrito de Santa Tereza ao Município de Cascavel, à sede do Município de Francisco Beltrão. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 63/81, de autoria do Deputado DENI SCHWARTZ, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA — APMI da Cidade de Verê/PR. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 64/81, de autoria do Deputado GABRIEL MANOEL, que cria o Distrito Administrativo de VIDA NOVA, com sede na localidade do mesmo nome, no Município de Sapopema. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 68/81, de autoria do Deputado CYRO MARTINS, que declara de utilidade pública a FUNDAÇÃO EDUCACIONAL 31 DE MARÇO, com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Em votação.**

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Para encaminhar) É óbvio que não é constante fazer-se encaminhamento de votação nos moldes que farei, especialmente quando se trata de uma entidade sendo declarada de utilidade pública e de autoria de um Deputado do Governo que merece de todos nós o maior respeito.

Mas, a única posição que queremos deixar registrada nos Anais da Casa, é que, como se trata da Fundação Educacional 31 de Março, sabemos que os objetivos, as finalidades, as pretensões desta Fundação, são os mais meritórios possíveis, e o único registro que fazemos é que efetivamente, com o devido respeito, 31 de março em nossa opinião, representa um outro sentido.

Portanto, a nossa Bancada, embora votando favoravelmente — é óbvio — a este projeto, dadas as finalidades da entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, quando à sua denominação e este registro, porque não podemos compactuar.

Ainda ontem, Sr. Presidente, quando assistíamos um filme, “O Estado de Sítio”, que me parece todos os políticos deveriam assistir, inclusive deveria passar em todas as unidades de quartel neste País, víamos lá retratada a presença de um ex-americano que também passou por aqui no Brasil, e que hoje, tristemente, é homenageado com o nome de uma das ruas de Belo Horizonte, e que a História deste País, um dia, haverá de colocá-lo no seu devido lugar, pelas suas implicações, pela violência, pelo terrorismo, pela maneira em que se impôs e se intrometeu nas questões de segurança e de vida política e institucional do Brasil.

Só este registro, Sr. Presidente, com o máximo respeito.

E digo e repito aqui, tão somente faço, a presença que a Oposição tem demonstrado neste País com referência às homenagens, e principalmente a titularidades que se dá em torno de 31 de março que, na nossa opinião, representa um período que marcou a contra-revolução em março neste País, homenageando-se, portanto, um golpe militar.

Merece de nós, a Fundação, o maior e o mais expressivo respeito. E por isso votamos favoravelmente, com esta observação, que entendemos politicamente necessária, neste momento histórico do País.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) Em votação o Projeto de

Lei n.º 68/81. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 100/80, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE RIO AZUL, com sede e foro na Cidade de Rio Azul. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 100/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE RIO AZUL, com sede e foro na Cidade de Rio Azul.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1980.

(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes serviços ao bem-estar e o ajustamento social das crianças excepcionais, onde quer que se encontrem.

A documentação que anexamos ao presente, comprova o preenchimento das exigências previstas pela legislação que regulamenta o instituto de utilidade pública em nosso Estado.

Com isso, esperamos contar com o apoio e aprovação dos nobres Pares, com assento nesta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 100/80

P A R E C E R:

O ilustre Deputado Erondy Silvério, propõe a declaração de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rio Azul, com sede e foro em Rio Azul.

A entidade é daquelas que dispensam qualquer elogio, em vista dos propósitos humanísticos revelados na própria denominação.

Os documentos apresentados, atendem às exigências da Lei 6994, de 10 de janeiro de 1978, que disciplina a matéria.

A iniciativa tem conforto na Constituição e regimentalmente guarda forma escoreita.

O parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 23 de setembro de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente

PAULO CAMARGO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 44/81, de autoria do Deputado PALÁCIOS, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS DIRETORES DE ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DO PARANÁ, com sede e foro na Cidade de Curitiba. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 44/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS DIRETORES DE ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DO PARANÁ, com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1981.

(a) PALÁCIOS

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora propomos seja declarada de utilidade

pública, tem por objetivo congrega os Diretores de Escolas Públicas do Estado do Paraná, valorizando a função de Diretor dentro do sistema estadual de ensino, ensejando o congaçamento recreativo, social e cultural, assistência médica, jurídica e financeira a seus associados e familiares.

A documentação apresentada, demonstra que a Associação atende os requisitos exigidos pela Lei 6994, de 10 de janeiro de 1978, razão porque apresentamos o presente plano de lei à consideração dos nobres Pares, esperando o devido apoio e posterior aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 44/81

PARECER:

O presente plano de lei, da lavra do eminente Deputado Florisvaldo Palácios, objetiva declarar de utilidade pública a Associação dos Diretores de Escolas Públicas do Estado do Paraná.

Cumprida a diligência determinada e sanadas as falhas apontadas, somos favorável à sua Aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 23 de setembro de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente;

JURANDIR MESSIAS — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 83/81, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, que declara de utilidade pública o NÚCLEO REGIONAL DE CURITIBA DA ORDEM DO GRAAL DA TERRA, com sede em Curitiba. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 83/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o NÚCLEO REGIONAL DE CURITIBA DA ORDEM DO GRAAL NA TERRA, com sede nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1981.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

JUSTIFICATIVA:

A Ordem do Graal na Terra é uma entidade que visa o desenvolvimento da pessoa humana alicerçada em princípios étnicos e morais, com finalidades sociais voltadas ao bem comum.

O Núcleo Regional de Curitiba, como comprova o relatório das suas atividades, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços na área de filantropia e de assistência social à comunidade curitibana.

A documentação que anexamos ao presente projeto de lei, comprova o preenchimento dos requisitos essenciais previstos pela legislação estadual, reguladora do instituto de utilidade pública em nosso Estado.

Com isso apresentamos o presente plano de lei que, por certo, merecerá o apoio e aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 83/81

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Luiz Alberto de Oliveira, este projeto de lei visa declarar de utilidade pública o "Núcleo Regional de Curitiba da Ordem do Graal na Terra", com sede nesta Capital.

Examinada a documentação farta, que acompanha o projeto, verificamos estar a mesma em exata conformidade com as disposições contidas na legislação que rege a espécie,

e em especial as do art. 1.º, I, II, III, IV, da Lei 6994, de 12 de janeiro de 1978.

Assim, inexistindo qualquer obstáculo legal à sua tramitação e aprovação, emitimos nosso parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23 de setembro de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente;

PAULO CAMARGO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 87/81, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que cria o Distrito Administrativo de FAZENDA RIO GRANDE, no Município de Mandirituba, com divisas que especifica. Parecer Favorável da C.C.J., COM EMENDA, por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 87/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado o Distrito Administrativo de FAZENDA RIO GRANDE, no Município de Mandirituba, com as seguintes divisas:

"Começa no Rio Iguaçu, na foz do Rio Despique, sobe por este até a foz do rio abaixo, pelo qual sobe até sua nascente, de onde por uma linha seca alcança a nascente do Arroio Liminha, seguindo por este abaixo até sua foz no Rio Maurício, pelo qual desce até sua foz no Rio Iguaçu e por este acima até encontrar a foz do Rio Despique, ponto de partida, numa área de 150 km2."

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1981.

(a) FUAD NACLI

JUSTIFICATIVA:

A localidade de Fazenda Rio Grande, no Município de Mandirituba, vem apresentando um desenvolvimento dos mais acentuados, como parte integrante da região metropolitana de nossa Capital.

Com isso requer melhores condições, a fim de se estruturar e dar continuidade ao crescimento que vem se desenvolvendo naquela região de nosso Estado.

A fim de atender às justas reivindicações de sua população é que a edilidade de Mandirituba vem de aprovar, nos termos do Art. 9. da Lei Complementar n.º 02, Lei Orgânica dos Municípios, a Representação do Sr. Prefeito Municipal a esta Casa, solicitando a criação do Distrito Administrativo o que, nesta oportunidade, apresentamos à consideração dos nobres Pares desta Casa, e que temos a certeza irá merecer o apoio e a aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 87/81

PARECER:

O nobre Deputado Fuad Nacli, propõe a criação do Distrito Administrativo da Fazenda Rio Grande, no Município de Mandirituba, com as divisas que especifica.

Dispõe a Constituição do Estado, no seu § 2º do Art. 110, que a criação de Distrito Administrativo depende de lei estadual e no inciso III, do Art. 21, que é atribuição da Assembléia Legislativa, com a sanção do Procurador, dispõe sobre a divisão administrativa do Estado. Portanto, a iniciativa tem expresse amparo na Carta do Estado, e quanto à forma, se ajusta aos preceitos regimentais.

O parecer é Favorável, com emenda aditiva anexa.

Sala das Comissões, em 23 de setembro de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente

PAULO CAMARGO — Relator

PROJETO DE LEI N.º 87/81 EMENDA

[Handwritten signature]

OK Sylvano

Inclua-se, no Art. 1.º, após a palavra "Mandirituba", as expressões:

"sede na localidade do mesmo nome e".

Sala das Comissões, em 23 de setembro de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente

PAULO CAMARGO, BASÍLIO ZANUSSO,

JURANDIR MESSIAS, LINEU TURRA e

RENATO BERNARDI

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Neusa Maria Avancini. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Resolução n.º 69/81. — Aprovado.

O SR. NELTON FRIEDRICH (Pela Ordem) — Sr. Presidente, peço a Vossa Excelência verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

O SR. GABRIEL MANOEL (Pela Ordem) — Sr. Presidente, se possível, depois, eu queria que fizesse constar em Ata que o nobre Deputado do PMDB pediu verificação de votação, para que o povo de Figueira saiba que a Bancada do PMDB é contra a criação daquele município.

Muito obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) Sr. Presidente,

realmente, parece que a "serenata virou caçada de tatu" aqui nesta Assembléia.

Nós votamos favoravelmente. É um direito que temos, até por uma questão de ficar claro ao povo de Figueira, também, porque só tínhamos quatro Deputados do PDS nesta Casa, enquanto nós estamos em mais de 14, da Oposição. Obrigado.

(É procedida a verificação de votação)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) 10 Srs. Deputados aprovam; 04 Srs. Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 15, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 44, 45 e 46/81, e de Lei n.ºs 29/78, 180/78, e 33, 42, 63, 64, e 68/81.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 100/80 e 05, 44, 76, 83 e 87/81.

Convocando ainda uma Sessão Extraordinária, para logo após a realização da Sessão Ordinária de amanhã, dia 15, quinta-feira, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 95/79.

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs 70/80, 40, 41, 42, e 43/81, e de Lei n.ºs 58, 80 e 94/81.

Levanta-se a Sessão.